



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11136>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v16i26.11136>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 16 | N. 26 | Jun., 2022, pp. 115-136

Submissão: 15/10/2021

Aprovação: 12/01/2022

“A MINHA FAMÍLIA AINDA ME CHAMA DE ELE”: TERRITÓRIOS NARRATIVOS DE UMA JOVEM TRANSEXUAL

“MY FAMILY STILL CALLS ME HIM”: NARRATIVE TERRITORIES OF A TRANSEXUAL YOUNG WOMAN'S

Joicy Cardoso da SILVA

Secretaria Municipal de Educação – SEMED-Tomé Açu¹

Vilma Nonato de BRÍCIO

Universidade Federal do Pará - UFPA²

Resumo: Este artigo apresenta alguns resultados da pesquisa da primeira autora intitulada “Narrativas de escolarização: Experiências familiares e escolares de uma jovem transexual” que teve como objetivo analisar como se deu o processo da experiência transexual no contexto familiar e escolar. Destaca um recorte desses resultados em torno das experiências vivenciadas no contexto familiar, abrangendo narrativas de memórias da infância e da adolescência de Evelyn Sôfha. A abordagem teórico-metodológica pós-crítica orientou a pesquisa, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista narrativa realizada com Sôfha que frequentava a Escola Básica no Município de Acará/PA no ano de 2019. Acionamos as/os autoras/es Scott (1995), Foucault (1988), Louro (1997), Bento (2008), Dayana Brunetto Carlin dos Santos (2017), Megg Rayara Gomes Oliveira (2018 a; 2018b), Leticia Carolina Nascimento entre outras/os. As narrativas de Sôfha evidenciam as formas de controles e resistências construídas no processo de transformação do corpo no meio familiar, incluindo valorização e invisibilidades.

Palavras-chave: Transexualidade. Narrativas. Família. Resistências.

Abstract: This article presents some results of the research by the first author entitled “School narratives: Family and school experiences of a young transsexual” which aimed to analyze how the process of the transsexual experience took place in the family and school context. It highlights a clipping of these results around the experiences lived in the family context, encompassing narratives of memories of Evelyn Sôfha's childhood and adolescence. The post-critical theoretical-methodological approach guided the research, having as a data collection instrument the narrative interview carried out with Sôfha who attended the Basic School in the Municipality of Acará/PA in 2019. We contacted the authors Scott (1995), Foucault (1988), Louro (1997), Bento (2008), Dayana Brunetto Carlin dos Santos (2017), Megg Rayara Gomes Oliveira (2018 a; 2018b), Leticia Carolina Nascimento among others. Sôfha's narratives show the forms of control and resistance built in the process of transforming the body in the family environment, including valorization and invisibilities.

Keywords: Transsexuality. Narratives. Family. Resistances.

¹ Pedagoga pela Universidade Federal do Pará. Funcionária Pública da Rede Municipal de Educação de Tomé-Açu/PA. Integrante do grupo Experimentações, grupo de estudos e pesquisas em currículo, subjetividade e sexualidade na Educação Básica. E-mail: joicycardoso004@gmail.com

² Licenciada Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2002), Especialista em Coordenação e Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Pará (2006) e Mestra em Educação (Linha de Pesquisa Currículo e Formação de Professores) pela Universidade Federal do Pará (2010). Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (Linha de Pesquisa Currículo, Epistemologia e História). Professora da Universidade Federal do Pará (Campus Universitário de Abaetetuba), atuando no ensino, na pesquisa e na extensão na Faculdade de Educação e Ciências Sociais e no Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI) no Campus Universitário de Abaetetuba - UFPA, Linha De pesquisa Identidades: Linguagens, Práticas e Representações. Líder do Grupo Experimentações: Grupo de estudos e pesquisas em currículo, subjetividade e sexualidade na Educação Básica. Suas atividades de pesquisa e de orientação de pesquisa voltam-se para o campo da Educação, com ênfase nas questões de juventude, gênero, sexualidade, currículo e práticas de subjetivação a partir do referencial teórico-metodológico de Michel Foucault. E-mail: briciovn@gmail.com

OS CAMINHOS DA PESQUISA

As experiências de vida de travestis e mulheres transexuais na sociedade brasileira passaram a ser temas de pesquisas acadêmicas com mais frequência a partir da década de 1990. É, no entanto, após os anos 2000 que esses estudos passaram a ter maior visibilidade e despontaram como temática central em pesquisas brasileiras (Marília dos Santos AMARAL, Talita Caetano SILVA, Karla de Oliveira CRUZ, Maria Juracy Filgueiras TONELI, 2014)¹ graças ao aumento substancial dos estudos que tematizam gênero e sexualidade (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2018b, p. 69).

Mesmo com o aumento das pesquisas em torno das experiências de mulheres transexuais e travestis, conforme a Pesquisadora travesti Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018b) estas são recentes, possibilitadas, sobretudo pela ampliação e pluralização das pesquisas sobre gênero e sexualidade datada da década de 1990. Desse modo, se faz necessário dar visibilidade acadêmica e social a pesquisas produzidas *por* ou *com* transexuais e travestis, sobretudo para combatermos preconceitos, violências e exclusões e assim contribuirmos com a construção de uma sociedade e instituições mais inclusivas, múltiplas e plurais.

116

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, intitulada “Narrativas de escolarização: Experiências familiares e escolares de uma jovem transexual”, realizada primeira autora no ano de 2019. A pesquisa analisou as experiências familiares e escolares de uma jovem mulher transexual do Município de Acará, no Pará. Evelyn Sofia Costa da Silva é uma jovem mulher transexual, que em 2019 tinha 18 anos e era estudante do Ensino Médio, cursando o segundo ano e se considera uma mulher preta. Por ser muito conhecida em sua cidade Acará, a primeira autora viu a necessidade de contar a história de Sofia registrando e analisando suas narrativas de experiências as quais evidenciam as formas de controles e resistências construídas no processo de transformação do corpo no meio familiar e escolar, incluindo valorização e invisibilidades³.

Reconhecendo nosso lugar de privilégio como mulheres cis, nosso objetivo não é falar por Sofia ou usurpar seu lugar de fala, pois assim como Foucault, afirmamos como ética intelectual “a indignidade de falar pelos outros” (FOUCAULT, 1985, p. 69-78). Neste artigo nossa intenção é apresentar as narrativas de Sofia sem a considerar “objeto de pesquisa” e sim “sujeita da pesquisa”,

³ “Narrativas de escolarização: Experiências familiares e escolares de uma jovem transexual”. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Pedagogia. Universidade Federal do Pará, 2019. Neste artigo incluímos algumas informações sobre o cenário atual brasileiro pós-2020 marcado pela Pandemia da COVID-19 e publicações mais recentes sobre a temática.

cujas narrações de si demarcam e proporcionam visibilidade da singularidade de suas experiências, as suas posições de sujeita, as relações de poder e as múltiplas formas de controles e resistências em instituições como a família e a escola em um município no interior do estado do Pará.

Além de já ter contato com Sofia, as discussões sobre corpo, gênero e sexualidade em algumas disciplinas (como Teoria do Currículo e Didática e Formação de Professores/as) durante o curso de Pedagogia possibilitou que a primeira autora tivesse uma visão não binarista e biologicistas das identidades de gênero e sexualidade, assim como a oportunidade de acessar referenciais teóricos e metodológicos que valorizam a multiplicidade e a diferença, como as teorizações pós-críticas de pesquisa, escolhida nesta investigação.

A abordagem pós-crítica de pesquisa, de acordo com Silva (1998), está ligada aos problemas existentes no âmbito social e educacional, analisando os diferentes modos e formas de como os sujeitos constroem suas identidades e subjetividades para alcançar uma atuação mais liberta na sociedade. Paraíso (2004, p. 293), sobre as pesquisas pós-críticas afirma que "Trata-se de pesquisas que explicitam os processos pelos quais as verdades são produzidas, os saberes inventados, os conhecimentos construídos". Segundo a autora, precisamos questionar certos tipos de conhecimentos, certos sujeitos e certos valores para problematizar e investigar o que é considerado verdade e como são construídas dentro do campo da pesquisa. Para se constituir como uma pesquisa científica, Rosa Fischer (2003) destaca que é preciso aprender o exercício da dúvida sobre enunciados imbricados em nossas relações e em nossas crenças que com o passar dos anos foram se firmando e se naturalizando como verdades acabadas, o que com o tempo se torna difícil desfazê-la.

Para a coleta de informações optamos pelas entrevistas narrativas, para ter acesso às experiências de escolarização e familiares de Evelyn Sofia, uma jovem aluna que se reconhece como transexual e preta que vivenciou a escolarização no Município de Acará/PA. As entrevistas narrativas com Após o convite e obtenção do aceite por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a entrevista foi agendada em Acará, respeitando a sua disponibilidade. Estas foram gravadas em celular, e posteriormente transcritas para análise. A jovem Sofia se mostrou muito empolgada em colaborar com a pesquisa, autorizou o uso de seu nome social nas pesquisas e publicações e informou que já havia participado de outra pesquisa. Mesmo morando em São Paulo em 2022 ainda mantém contato com a primeira autora.

Neste artigo, daremos destaque no primeiro tópico à parte histórica e conceitual sobre gênero, sexualidade, corpo, homossexualidade e destacando a transexualidade como foco central desta pesquisa; logo em seguida analisaremos questões relacionadas ao território da pesquisa, descrevendo

a sujeita da pesquisa, apresentando recortes das narrativas de vida da estudante Sofhia e finalizamos trazendo as narrativas de algumas experiências da transexualidade na infância e adolescência da jovem Sofhia.

TRANSEXUALIDADE: TERRITÓRIO HISTÓRICO E CONCEITUAL

Sou mulher e a sociedade vai ter que me aceitar, querendo ou não e me acho linda! Tanto faz a opinião dos outros. Me considero uma Trans PAN, sinto atração por homens, mulheres, gay, todos! (SOFHIA, 2019).

A afirmação categórica de Sofhia desafia a sociedade que ainda se obstina em não a valorizar como mulher, a não reconhecer seu corpo como uma construção que foge aos binarismos, a respeitar seus desejos sexuais. Para problematizarmos o território histórico e conceitual da transexualidade é preciso compreendermos os conceitos de gênero, sexualidade e corpo os quais estão entrelaçados, mas não se constituem um sistema unificado e unidimensional. A transexualidade desconstrói o sistema corpo-sexo-gênero, ao romper com uma suposta linearidade natural e biológica.

118

No Brasil, as discussões sobre gênero e sexualidade ganham espaço no cenário acadêmico na década de 1980, quando os movimentos feministas junto aos movimentos da população LGBT começaram a realizar o debate seguido de uma reflexão sobre as relações de poder existentes entre os gêneros. Joan Scott (1995), historiadora feminista contribui decisivamente com a ampliação do debate conceitual de gênero ao afirmar que “O núcleo da definição que repousa numa conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. O gênero é uma forma primaria de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). As duas partes da definição mostram que gênero se constitui de um processo de construção das relações entre homens e mulheres, destacando a importância da análise na perspectiva relacional.

Também na década de 1980, o filósofo francês Michel Foucault publicou uma trilogia sobre a história da sexualidade, obras fundamentais para a compreensão da temática, do ponto de vista histórico, filosófico, social, político e educacional, ao enfatizar a constituição de saberes em diferentes campos e as relações de poder em distintas instituições. Desse modo, Michel Foucault (1988) afirma que:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em

que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, à formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1988, p. 116-117).

A sexualidade emergiu como mecanismo de controle dos corpos e de seus prazeres que utiliza diferentes saberes e põe em ação relações de poder, mas também práticas de resistências.

Mesmo com ampliação de conhecimentos acadêmicos sobre a temática de gênero e sexualidade e sua ampla e inevitável relação com a educação, muitas vezes as pessoas confundem a educação para a sexualidade com incentivo a prática sexual. Conforme Butler (2003, p. 46 grifo da autora), "Ao postular o "sexo" como "causa" das experiências sexuais, do comportamento e do desejo a produção tática da categorização descontínua e binária do sexo oculta os objetivos estratégicos do próprio aparato de produção", constituída no aparato das redes de poder.

Butler destaca que a analítica genealógica empreendida por Foucault, "expõe essa "causa" ostensiva como um "efeito", como a produção de um dado regime de sexualidade que busca regular a experiência sexual instituindo as categorias distintas do sexo como funções fundacionais e causais, em todo e qualquer tratamento discursivo da sexualidade" (BUTLER, 2003, p. 46). Quando se questiona sua própria identidade, seu sexo biológico e sua sexualidade esses indivíduos passam a sofrer discriminações, mas de acordo com Butler (2013) o gênero não necessariamente precisa ser estabelecido a partir do sexo de nascimento, pois o sexo, a identidade de gênero e a orientação sexual são campos diferentes, com expressões diferenciadas.

Berenice Bento é uma das intelectuais brasileiras que pesquisam a transexualidade desde final da década de 1990, se constituindo em uma grande aliada nas lutas das pessoas trans, por fazer pesquisas *com* pessoas trans, se engajar na problematização e na luta pela despatologização e despsiquitriação do gênero. Bento trabalha a partir da perspectiva de experiência transexual compreendida como

[...] um dos desdobramentos do dispositivo da sexualidade, sendo possível observá-la como acontecimento histórico. No século XX, mais precisamente a partir de 1950, observa-se um saber sendo organizado em torno dessa experiência. A tarefa era construir um dispositivo específico que apontasse os sintomas e formulasse um diagnóstico para os/as transexuais. Como descobrir o "verdadeiro transexual"? (BENTO, 2006, p. 132).

A emergência da nomeação da experiência transexual constitui um dispositivo de controle formado por saberes de diferentes campos científicos que patologizam, produzem diagnósticos e tratam as pessoas trans envolvida uma rede de relações de poder.

Prefiro referir-me à *experiência transexual*, pois a transexualidade não é a pessoa. Quem vive esta experiência tem outras identidades que povoam suas subjetividades: trabalha, namora, pode ter religião, é membro de comunidades sociais múltiplas (família, grupos de interesse), como todo ser social (BENTO, 2008, p. 145, *grifo da autora*).

Mesmo com o aumento da visibilidade a população trans ainda sofre muito preconceito e violência física ou psicológica, principalmente por conta dessa sociedade ainda seguir condutas e normas hierárquicas e visivelmente excludentes, conforme demonstra Bento (2011, p. 549) em sua pesquisa: “Pessoas transexuais e travestis são expulsas de casa, não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais, entram na justiça para solicitar a mudança do nome e do sexo”.

As pessoas transexuais rompem com o binarismo existente, por este fato representam um perigo para as normas de gênero, pois à medida que vão reivindicando o reconhecimento de sua identidade, também desconstruem a superioridade e dominação que esta sociedade majoritariamente heterossexual ainda exerce diante dessa população identitária e sexualmente diversificada.

Berenice Bento (2008) nos remete a uma conceituação de transexualidade, por ela nomeada de experiência transexual, definida como uma

[...] dimensão identitária localizada no gênero, e se caracteriza pelos conflitos potenciais com as normas de gênero à medida que as pessoas que a vivem reivindicam o conhecimento social e legal do gênero diferente ao informado pelo sexo, independentemente da realização da cirurgia de transgenitalização (BENTO, 2008, p. 183).

A experiência transexual é uma vivência singular da própria pessoa. Como todo ser social a pessoa transexual experimenta as possibilidades e subjetividades de sua identidade pessoal, há uma dimensão dessa experiência que forma um conjunto de sensações vividas na família, na sociedade, nas relações pessoais e no trabalho, fazendo-se parte dessa formação pessoal, portanto, uma experiência transexual.

A relação gênero e corpo estão associados ao ser transexual, pois o corpo é repleto de suposições que lhes são atribuídas ao se dizer no nascimento “é menino” ou “é menina”, considerando o sexo biológico da criança. Prepara-se esse corpo para seguir padrões construídos socialmente a um determinado gênero, feminino ou masculino; o corpo também é um campo de compartilhamento de experiências culturais, sociais e sexuais. Não existe corpo livre de investimentos discursivos. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de (re) produção sexual. Neste processo certos códigos naturalizam-se, outros, são ofuscados e/ou sistematicamente eliminados, posto as margens do humanamente aceitável, como acontece com as pessoas transexuais (BENTO, 2008, p. 37-38).

O fato de nascermos num corpo anatomicamente com sexo biológico feminino ou masculino não significa que somos obrigados a viver os gêneros da forma como este corpo nos impõe a ser. As identidades diversificadas existentes nos mostram que podemos viver outras experiências identitárias com a qual nos identificamos, mas é importante ressaltar que

Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis, e ao fazê-lo se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero; ao mesmo tempo, revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. Esse processo de fuga do cárcere dos corpos-sexuados é marcado por dores, conflitos e medos (BENTO, 2008 p. 38).

Quando um corpo se torna "transgressor" no sentido de não se encaixar no binarismo de gênero, este corpo passa a correr um risco que antes não tinha, pelo simples fato de que se opôs ao padrão binário. A pessoa trans vive esse risco cotidianamente, com a sensação de medo e rejeição por ter nascido num "corpo errado".

Assim como não se identifica com o sexo biológico, a grande maioria das pessoas que se identificam transexuais sentem a necessidade de realizar procedimentos cirúrgicos corporais para adequar o sexo biologicamente atribuído a identidade de gênero ao qual se sentem pertencer. Giovanna Bianca Trevizani (2018) assinala que

A transexualidade se refere à condição de o indivíduo possuir uma identidade de gênero diferente daquela à qual foi designado ao nascer. O indivíduo transexual apresenta uma sensação de desconforto e impropriedade em relação à forma sexual anatômica, manifestando o desejo de viver e também o desejo de aceitabilidade como sexo oposto (TREVIZANI, 2018, p. 90).

Entre a população LGBT, as pessoas trans são as que mais sofrem discriminação por conta da não identificação com o gênero nomeado no seu nascimento de forma padronizada pela sociedade. Dessa forma, fica nítido a rejeição social que ocorre por parte dessa sociedade que exclui, inferioriza, diminui e desqualifica os/as transexuais, que por esses fatos a existência das relações de poder é bem mais frequente nas múltiplas formas de convívio entre as pessoas. "A identidade de gênero refere-se ao gênero com o qual a pessoa se identifica. Ou seja, refere-se ao fato de a pessoa se identificar como homem ou como mulher, relativamente ao binarismo de gêneros socialmente predominante" (VECCHIATTI, 2018, p. 21). A identidade de gênero denota a forma como as pessoas se colocam diante da sociedade, em como se reconhecem, em quais grupos se sentem representados e como as imagens são representativas e relevantes para o seu processo de transição para o gênero desejado.

"Dizemos que sexo, identidade de gênero e orientação sexual são três âmbitos distintos de expressão ou vivência social de uma pessoa. Portanto, o sexo não define, necessariamente, a identidade de gênero, não define a orientação sexual de uma pessoa" (COSTA; BITTENCOURT,

2018, p. 47). A orientação sexual é uma referência para indicar a atração sexual, afetiva e emocional. Ou seja, para onde nosso desejo sexual está apontando seja para pessoas do mesmo gênero ou pessoas do gênero diferente, “refere-se ao sexo (no sentido de gênero) que atrai a pessoa de maneira erótico-afetiva. Visa identificar, assim, pessoas heterossexuais, homossexuais, bissexuais e assexuais” (VECCHIATTI, 2018, p. 22). A sexualidade evidencia como as relações sociais são produzidas e reproduzidas na sociedade, demonstrando como cada pessoa se reconhece, entende e define seu próprio corpo diante dos padrões pré-estabelecidos.

A temática LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) ganha mais espaço na academia e fora dela quando as próprias Pesquisadoras transexuais e travestis, por exemplo, passam a produzir conhecimentos a partir de seus lugares de fala, questionando a cisheteronormatividade. Destacamos algumas pesquisadoras trans: Jaqueline Gomes de Jesus (2010) analisou as Paradas do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transexuais (LGBT) como eventos de ordem política para a população LGBT; Luma Nogueira de Andrade (2012) analisou as práticas de assujeitamento de Travestis na escola e resistência à ordem normativa que elas produzem (foi a primeira travesti a obter o título de doutora no Brasil pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2012); Dayana Brunetto Carlin dos Santos (2017) examinou a relação entre a decência e a abjeção das docências trans* (2017); Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017) pesquisou as (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação, destacando as experiências positivas nos processos de subjetivação; Sara Wagner York (2020) que discutiu o impacto do acesso e da permanência de pessoas trans e travestis nos programas de pós-graduação *strictu sensu*, nas instituições de públicas de ensino superior (IES) de Pós-Graduação por meio de cotas trans; Letícia Nascimento (2021) conceitua o transfeminismo, tensionando conceitos correlatos como de gênero, transgeneridade, mulheridade, feminilidade e feminismo.

Em 2020 as pesquisadoras Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes de Oliveira e Bruna Benevides (2020) construíam um manifesto travesti intitulado “Manifestações textuais (insubmissas) travesti”, onde elas demarcam um posicionamento ético-político ao enfatizarem a necessidade de construir uma trans-epistemologia, para questionar e romper com a lógica perversa do trans-epistemicídio, ao ressaltarem que é preciso “enfatizar alguns elementos do próprio exercício de escuta da “voz” travesti. Escutas atentas e outrora feitas por outros vieses que construiriam um arquivo ou banco de memórias para desenho de uma epistemologia e, neste caso, uma trans-epistemologia” (YORK, OLIVEIRA, BENEVIDES, 2020, p. 3). Nas investigações realizadas por pesquisadoras transexuais e travestis a “ideia de um corpo travesti ou trans ganha propriedade discursiva a partir do

compor ou contrapor exposições anteriormente feitas a respeito delas, sobre elas e, agora, por e com elas" (YORK, OLIVEIRA, BENEVIDES, 2020, p. 05).

Como afirma Sara York (2020) "a voz já não precisa de porta-voz", pois as Pesquisadoras Transexuais e Travestis falam em seus nomes, falam "por si e de si", produzem investigações científicas, articulam produção intelectual e práticas políticas, que denunciam a transfobia e o transfeminicídio, que produzem (re)existências plurais e singulares, que questionam a própria academia e as interdições que ainda sofrem no interior nas Universidades e fora dela.

TERRITÓRIO NARRATIVO: CENAS DO CONTEXTO DA PESQUISA

A utilização do nome social por travestis e transexuais significa conferir algum sentido aos processos de fabricação daquele corpo e identidade. O nome social pode produzir um efeito de inteligibilidade à experiência trans*. E a não utilização do nome social pode produzir experiências de constrangimento, exclusão e violência. Não são raras as situações de violências em relação a não utilização do nome social de travestis e transexuais (Dayana Brunetto Carlin dos SANTOS, 2017, p. 278).

O território narrativo da pesquisa foi construído a partir das experiências de vida de Sofhia. Evelyn Sofhia Costa da Silva é uma jovem mulher transexual preta, de 18 anos, estudante do Ensino Médio, cursando o segundo ano na cidade de Acará/PA. Conhecida em sua cidade de origem por seu segundo nome, Sofhia é uma mulher segura de seus posicionamentos, suas escolhas, suas identidades e sexualidade. Afirma que se identifica como mulher transexual, cuja identidade se caracteriza numa construção social e vem constituindo sua identidade desde sua infância. Uma mulher que atrai olhares por onde passa, seja de admiração por sua beleza ou de discriminação por saberem se tratar de uma transexual. Independente dos comentários positivos ou negativos, Sofhia demonstra não se incomodar com atitudes de cunho transfóbico, mesmo que alguns lhe façam ficar indignada em determinados momentos. Ainda no ensino fundamental, a aluna iniciou a sua transição não hormonal em meio a um contexto social um tanto complexo na família, na escola e na sociedade e a falta de informação não permitia o entendimento prévio do que estava se passando na vida da estudante. Em sua narrativa Sofia fala se si, enfatizando seu nome e aspectos da sua vida e transformação:

A Sofhia de agora é uma pessoa responsável, tem dívidas, me sustento né! Não dependendo de ninguém. Sou uma pessoa que tá tentando ganhar a vida de alguma forma, entendeu? Ajudo minha mãe e vivo a minha vida, Sofhia é uma pessoa feliz, às vezes não é feliz, tá triste, mas uma pessoa que quer ganhar a vida, quer crescer (SOFHIA, 2019).

Embora seus pais biológicos estejam vivos, Sofhia foi criada desde pequena pelos avós maternos, a qual os considera como seus pais, porém a estudante mantém uma proximidade considerável com os pais biológicos. Logo no início a família não entendia o seu posicionamento, sua mãe/avó foi a mais compreensiva durante todo o processo, como narra Sofhia: "A minha mãe eu não tenho o que reclamar, foi de boa". Já seu pai/avô não queria aceitar sua identidade, pois segundo Sofhia "ele não entendia, ele não ia me aceitar, eu ia ter que ir embora de casa, expulsa!" (SOFHIA, 2019).

O espaço escolar produz inúmeras práticas de resistência, combate diversas discriminações, mas também é um ambiente que reproduz desigualdades, com isso a discriminação se faz presente, Sofhia não esteve alheia desses preconceitos, mas teve que aprender a lidar e a resistir diante da transfobia que circula neste contexto educacional. A escola e o currículo silenciam diante das identidades de gênero e sexualidade que divergem do padrão aceito socialmente. Falar sobre sexualidade no espaço escolar está se tornando cada vez mais indispensável para a construção das identidades de adolescentes e jovens, o combate dos preconceitos e a valorização da multiplicidade.

Podemos ressaltar que

Essa presença da sexualidade [na escola] independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de "educação sexual", da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se "despir" (LOURO, 1997, p. 81).

A sexualidade faz parte de nossas vidas e está presente na sociedade, nas diferentes instituições, espaços e tempos sociais, sendo impossível que seja encerrada no âmbito privado e pessoal, pois ela se constitui histórica e socialmente.

A trajetória de vida de Sofhia na família e na escola está marcada por significações que nos instigam a refletir sobre essas subjetividades marcadas e atravessadas por categorias de gênero, classe social, orientação sexual, raça e diversos outros. Por meio das narrativas de Sofhia buscamos analisar suas experiências na família e na escola que envolvem se apresentar e se reconhecer como transexual. As entrevistas narrativas nos possibilitaram refletir com a Sofhia acerca de sua identidade transexual, para compreendermos suas experiências, suas subjetividades, suas identidades, diferenciações, como e quais significados atribuem a si mesmos; trabalhar com narrativas nos possibilita um envolvimento com as histórias contadas, o que nos permite refletir também acerca do nosso aspecto profissional.

Josenilda Maria Maués da Silva (2008, p. 02) destaca que "as narrativas são assumidas como relatos em meio aos quais, através da linguagem, os sujeitos significam a si próprios e a suas práticas

e experiências nomeadas, definidas e relatadas". As narrativas são experiências pessoais que trazem ao pesquisador inquietações e indagações sobre histórias passadas, relatos, acontecimentos e eventos que atravessam a vida das pessoas, neste caso de pessoas transexuais, referente a este trabalho. A/o pesquisadora, a partir das suas interpretações entende que as experiências recontadas não são meramente eventos sem importância, mas, acontecimentos que dão poder as experiências humanas e ao significado de narrativa.

Iniciando a entrevista com a apresentação, foram esclarecidos os objetivos da pesquisa, seguida de conversa informal sobre coisas aleatórias para melhorar o entrosamento e a entrevista começar de forma mais natural. Em seguida a entrevista foi iniciada com perguntas abertas deixando Sofhia à vontade para responder como desejasse.

No início a estudante Sofhia se apresenta como mulher transexual, expõe algumas de suas características, definindo sua sexualidade e se posiciona enquanto pessoa que reivindica a garantia de seus direitos. Posteriormente, quando perguntada sobre o surgimento de seu nome Evelyn Sofhia, a estudante respondeu: "Eu estava assistindo novela, sempre tinha o nome de Sofhia, aí eu pensei, 'o meu nome vai ser Sofhia'. No começo o meu nome era Lauandra, mas aí eu queria um nome parecido com mulher mesmo, aí coloquei Sofhia Oliveira, depois tirei e coloquei Evelyn" (SOFHIA, 2019).

E Sofhia complementa se definindo e ressignificando seu território existencial, compreendendo que nossas identidades não são coerentes, são múltiplas e podem ser contraditórias como define Stuart Hall (1997): "A Evelyn é uma pessoa super de boa, educada, legal e a Sofhia é uma pessoa estressada, mas é a Sofhia que me comanda, que não abaixa a cabeça, juntando as duas têm eu, Evelyn Sofhia" (SOFHIA, 2019).

O nome é uma forma de marcar a identidade de uma pessoa, sua identificação e individualização. Toda pessoa tem direito humano ao nome, incluindo o nome social, e sobrenome. Sofhia diz ser importante a mudança de seu nome de registro civil para o nome social em seus registros, e posteriormente adquirir sua certidão e sua identidade, pois muitas pessoas ficam confusas e não acreditam quando vê seu documento oficial e a sua aparência física. Hall (2006, p. 25) ao analisar a construção de identidades afirma que:

[...] na cultura hegemônica ocidental, a identidade é um documento; antes de ser um conceito ou um preconceito acadêmico, é uma ferramenta estatal, é um pedaço de papel que serve como um código de barra, uma imagem cristalizada, um nome próprio, um conjunto de números, uma assinatura, uma filiação, uma origem, uma naturalidade, uma sexualidade.

É a partir do nome que as pessoas são conhecidas na família e na sociedade em que vivem. "A experiência transexual contemporânea demonstra a importância do nome social, isto é, um nome

que acolhe e produz pertencimento ao gênero ‘escolhido’” (CÉSAR, 2009, p. 11). Entretanto, o direito de usar o nome social por pessoas travestis e transexuais não era respeitado no Brasil, pois Estado e instituições, como família e escola não aceitavam os nomes escolhidos. Os movimentos sociais LGBT realizaram intensa luta em defesa da aceitação do nome social. No estado do Pará, a Portaria nº 016/2008, de 10 de abril de 2008, da Secretária de Estado de Educação, “estabelece que a partir de 02 de janeiro de 2009, todas as Unidades Escolares da Rede Pública Estadual do Pará passarão a registrar, no ato da matrícula dos alunos, o pré-nome social de Travestis e Transexuais”. Em nível nacional, a partir do Decreto Federal Nº 8.727, de 28 de Abril de 2016, permitiu-se o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais, procura-se com isso evitar que haja constrangimentos para a população trans e que possam e devem ser tratadas pela identidade de gênero que lhes representa.

De acordo com a pesquisadora transexual Maria Zanela no artigo intitulado de “Acesso à informação para construção da cidadania: resoluções do nome social como estratégia de inclusão”, enfatiza a importância do nome social.

O nome social tem encorajado transexuais e travestis a voltarem a estudar e construir suas identidades com mais autonomia, seus esforços são devidos ao reconhecimento dos seus gêneros, que não é um privilégio, mas uma manutenção na ausência de direitos que essa população se depara; que por não estarem dentro de um padrão normativo dos corpos são deixadas de lado, empurradas para os lugares menos favorecidos e condicionadas a viverem censuradas por uma sociedade despreparada para conviver com pessoas transexuais e travestis (ZANELA, 2018, p. 373).

Em muitos casos as pessoas transexuais são expostas a situações constrangedoras em seu dia a dia, na família ou na escola. No caso de Sofhia, a surpresa e a desconfiança das pessoas a incomoda bastante. Para Sofhia (2019) oficializar seu nome social significa uma conquista diante das pessoas que ainda “insistem em me chamar pelo nome masculino, eu fico incomodada, se me chamam pelo nome masculino eu nem respondo, eu não gosto” afirma a estudante. Ter “um nome próprio” parece um direito simples de ser garantido, mas ainda é rejeitado, não só violando os direitos de pessoas travestis e transexuais, como produzindo violências e exclusões diversas.

TERRITÓRIOS DE TRANSIÇÃO: A EXPERIÊNCIA TRANSEXUAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

[...] como mulheres transexuais e travestis, podemos ter tido a infância roubada – ao menos muitas de nós, já que nossas realidades são diversas. A vigilância binária dos gêneros produz violências constantes, tratando de impedir crianças trans*

[transexuais e travestis] femininas que tenham uma infância livre, dado o sentimento de não pertencimento ao domínio socialmente estabelecido como masculino (Letícia NASCIMENTO, 2021, p. 18).

As pessoas transexuais e travestis desde a infância e adolescência lutam diariamente para terem suas identidades de gêneros reconhecidas e valorizadas diante das outras múltiplas identidades existentes na sociedade. Os territórios de transição das pessoas transexuais são múltiplos e formados por experiências múltiplas e singulares que se tornam um processo significativo, mas também doloroso principalmente porque vivenciam discriminações transfóbicas, pois a sociedade valoriza apenas as identidades de gênero e sexualidade hegemônicas e binárias. As identidades que escapam a esse processo de normalização são marginalizadas na sociedade, na escola, no trabalho, por isso “as narrativas das pessoas transexuais nos remetem para um mundo de dúvidas, angústias, solidão e um medo constante de serem rejeitados” (BENTO, 2008, p. 23).

Além do nome, outras marcas constituem nossas identidades como os “[...] cuidados físicos, exercícios, roupas, aromas, adornos, inscrevemos nos corpos marcas de identidades e, conseqüentemente, de diferença” (LOURO, 1999, p. 15). A roupa é uma das marcas de identificação dos gêneros na perspectiva binária que separa roupas e cores de meninos e meninas. Sofhia relata que desde a infância se identificava com o gênero oposto ao que lhe foi dado ao nascer, mas que levou um tempo para assumi-lo. A Pesquisadora travesti Letícia Nascimento (2021, p. 19), ao falar de si narra: “No encontro com as normas de regulação de meu gênero, a infância foi um laboratório inventivo de outras corporalidades, generificadas, ou seja, outros modos de produzir corporalidades e gênero”. A infância como período de experimentações e descobertas para as crianças que constroem a experiência transexual também é atravessada por medos, preconceitos e invisibilizações.

Sofhia afirma que primeiramente se assumiu como homossexual logo após o falecimento de seu pai/avô, depois começou a usar, aos poucos, acessórios considerados femininos, como roupas e maquiagens e até a mudança comportamental para o que se constitui como feminino. Sofhia narra esse processo de transformação para a identidade transexual, período em que estava com 16 anos de idade:

Fui pra uma viagem de quadrilha junina, já estava afeminada, só que eu não tomava hormônio, eu e minhas amigas chegamos e começamos a se arrumar na frente de uma casa, aí a menina só abriu a porta e perguntou se não queríamos nos arrumar lá dentro, aí a gente se arrumou e eu deixei minha bolsa com as minhas roupas lá. Na hora de vim embora a menina sumiu e os ônibus começaram a ir embora, aí a gente ficou lá. Era pra eu passar um dia, passei dez dias! Ai eu não tinha roupa, a minha outra amiga que já era trans começou a me emprestar a roupa dela, comecei a andar por lá vestida de menina, foi aí que comecei a me vestir como mulher. Sempre que tinha essas viagens eu me vestia de menina, e eu chamava muita atenção. Ai quando

cheguei em casa dessa viagem eu falei pra mamãe, “mãe agora eu vou virar mulher, eu sou mulher!” Tirei toda a minha roupa do guarda-roupa de menino, deixei um par, só pra lembrar. Uma prima minha me deu um monte de roupa de menina, depois eu mesma fui comprando, passei um ano aqui no Acará e depois fui embora pra Belém. Vai fazer dois anos que virei trans (SOFHIA, 2019).

O mundo familiar e social que circunda Sofhia é o constituído histórico e socialmente, não diferindo do padrão tradicional, sendo julgada e discriminada por sua transexualidade da tanto por familiares como por vizinhos, criando situações de conflitos que se estendem até hoje, mas com menos frequência atualmente, já que a estudante sempre se posicionou contra comentários transfóbicos. Na infância, Sofhia relata que mesmo se sentido mulher não hesitava em participar das brincadeiras naturalizadas com características masculinas, até porque se sentia à vontade para brincar com as outras crianças, meninas e meninos, como na narrativa abaixo:

Na minha infância eu era muito aberta, brincava de tudo, sempre fui péssima, subia em árvore, brincava de casinha, jogava futebol, corria, brincava de loucinha, todas as brincadeiras de mulher e de homem, não tinha distinção. O meu pai não gostava que eu brincasse de elástico, mas eu brincava mesmo assim (SOFHIA, 2019).

Dessa forma, analisamos que as brincadeiras tiveram um papel fundamental para a construção da identidade da jovem, vemos isso através da sua personalidade, pois se tornou uma mulher segura no modo de agir, de pensar e sentir. Muito se atribui as suas experiências de infância, sua independência e entendimento sobre as brincadeiras daquela época que foram importantes para refletir sobre os padrões que determinam ou tentam determinar sua formação pessoal e social, pois estão relacionadas a um conjunto de características que gradualmente desde a infância até a adolescência constituíram suas escolhas, ações, pensamentos e valores.

Tanto homens quanto mulheres são criados desde a primeira infância para seguir determinadas condutas que são atribuídas de acordo com o sexo biológico. Portanto, nasce com um pênis ou uma vagina faz com que o indivíduo automaticamente pertença a determinado gênero e, a partir daí, tem-se um signo que determinará uma série de significados a serem contemplados e preenchidos. Aquele indivíduo que não se enquadra nessa conduta é considerado um desviante, e assim será enquadrado ou marginalizado (GARCIA; MARIN, 2018, p. 76).

Desse modo, sua orientação sexual ou a forma como vivencia sua sexualidade e gênero vem se construindo desde muito cedo, como consequência, uma pressão é exercida sobre a jovem para que reprima seus desejos sexuais e se adeque ao padrão binário existente. O medo, a vergonha e a pressão por parte da família e principalmente do pai/avô fizeram com que Sofhia escondesse durante toda a sua infância e boa parte de sua adolescência sua orientação sexual e transitasse entre as fronteiras de

gênero e sexualidade. Indagada se alguma vez se sentiu pressionada a esconder sua orientação diante da família e se teve apoio, ela responde:

Sim, quando eu era mais nova. Tipo, eu ficava com mulher, mas era só beijo, só que eu não gostava. Eu ficava com meninos escondido, porque eu tinha medo da família porque diziam que era um desgosto. Eu estava com 14 ou 15 anos, aí as vezes o meu pai me batia, só de raiva eu falava que era gay (SOFHIA, 2019).

Desde muito cedo a sociedade espera de meninos e meninas comportamentos que são atribuídos de acordo com o sexo biológico da criança. Nascer com um pênis ou uma vagina determina qual gênero a pessoa deve pertencer, tudo isso numa perspectiva patriarcal, heteronormativa-padronizada.

Nesse sentido, muitas meninas são pressionadas, através de inúmeros insultos e humilhações, a esconderem sua orientação sexual e, não raramente, sofrem agressões físicas. Muitas abandonam ou são obrigadas a abandonarem seus lares, outras tentam seguir os padrões heteronormativos e traçam um triste histórico em suas vidas (BARROS, et al, 2018, p. 23).

Diante disso, percebe-se que a família de Sofhia inicialmente não lhe deu o suporte necessário para que a jovem constituísse suas identidades com autonomia, pois a família enquanto instituição também participa das relações de poder e controle sobre os corpos de crianças e adolescentes, uma vez que “nascemos e somos apresentados a uma única possibilidade de construirmos sentidos identitários para nossas sexualidades e gêneros. Há um controle minucioso na produção da heterossexualidade” (BENTO, 2008, p. 33).

Justamente por ter vivenciado experiências dolorosas, mesmo tentando amenizar as situações que passou na infância e adolescência a estudante em suas narrativas busca de alguma forma esquecer ou normalizar os tipos de violências sofridas neste período. Em muitos casos as famílias não tomam conhecimento sobre o preconceito e discriminações que seus filhos e filhas sofrem no ambiente escolar ou que elas mesmas praticam, assim, duplicando essas violações dentro de casa. A seguir destacamos as narrativas de Sofhia que envolvem o território familiar.

“A MINHA FAMÍLIA AINDA ME CHAMA DE ELE”: TERRITÓRIO FAMILIAR

Às vezes a minha família ainda me chama de “ele”, às vezes pelo meu nome masculino, é muito difícil, é mais uma vizinha que faz isso, acontece mais de trocarmos o feminino pelo masculino, só isso, mas é normal (SOFHIA, 2019).

A narrativa de Sofhia evidencia as relações de poder em exercício na família, sobretudo as que envolvem as identidades de gênero e sexualidade que não são aceitas pela família tradicional

nuclear. A família nuclear tradicional formada por pai, mãe e filhos sofreu diversas modificações, principalmente pela luta dos direitos iguais entre homens e mulheres, direitos das crianças e adolescentes entre outras questões que possibilitaram a constituição de famílias com vários arranjos consanguíneos, afetivos, econômicos. A família de Sofhia não se difere dessa multiplicidade de famílias existentes na sociedade, pois é formada por dois irmãos de Sofhia e a avó. A estudante se diz feliz e bem aceita na sua família, mesmo tendo narrado episódios de dificuldades e preconceitos enfrentadas em casa.

De acordo com Scheinvar (2006, p. 50), “A família, no mundo moderno, tornou-se a referência imediata do indivíduo. Aos poucos, as pessoas deixaram de ser associadas preferencialmente a uma comunidade ou à sua proveniência geográfica, passando a ser situadas a partir do seu núcleo familiar”. A família deveria ser a instituição social na qual se constrói carinho, cuidado, educação, dignidade, liberdade. Entretanto, como instituição social e histórica a família é território de controle e regulação dos sujeitos, que pelo modelo nuclear-patriarcal constitui preconceitos e exclusões de gênero, sexualidade e etnia.

Nas diversas vezes em que a família de Sofhia troca o pronome “ela” por “ele” ou ainda insiste em lhe chamar pelo nome masculino, percebemos então uma resistência em aceitar e respeitar a forma como a estudante se identifica. Nesse caso, na própria fala de Sofhia fica nítido que ela acha normalizou as pessoas continuarem a chamando dessa forma, embora em outros momentos tenha deixado claro que não aceita e não gosta, até porque faz um certo tempo que a estudante passou pela transição, “vai fazer dois anos que comecei a minha transição, eu ia fazer 17 anos. Eu queria mostrar quem realmente era” (SOFHIA, 2019).

O ambiente familiar é um campo de construção de relações sociais e construção de identidades, é um lugar de tensão, pressão, relações de poder, mas também de afeto e cuidado. Nesse contexto, Regina Célia Miotto (2010) ressalta que:

A família, nas suas mais diversas configurações constitui-se como um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como o Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos. Portanto, ela não é apenas uma construção privada, mas também pública e tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos (MIOTTO, 2010, 167-168).

A família tem um papel muito importante na vida de uma pessoa, fundamentalmente no desenvolvimento psicossocial de uma criança ou adolescente, pois é no âmbito familiar que acontece

as primeiras formas demonstrativas de afeto relacionadas à sexualidade e a construção de uma identidade. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2015, p. 9), a família em conjunto com a sociedade num geral deve garantir a “efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Toma-se como base o respeito, a liberdade e os direitos referentes a vida de Sofhia, a qual naturalizou o comportamento de sua família em detrimento a forma como se dirigem a ela.

Embora a jovem transexual não tenha sofrido nenhum tipo de violência física, conforme suas narrativas, é importante ressaltar que o ambiente familiar possui um alto índice de violência contra adolescentes LGBT, por outro lado sabe-se que também é um lugar onde se constrói afeto e sociabilidade. O contexto familiar muitas vezes oprime, impõe, humilha e agride esses adolescentes por não se encaixarem nesse padrão heteronormativo. Infelizmente, nossa sociedade passa por momentos mais do que nunca violento, preconceituoso, opressor e humilhante, diante disso, as pessoas transexuais também sofrem mais com esse tipo de intolerância.

Atualmente, são muitos os projetos, leis, programas, cursos e tantos outros que nos trazem uma gama de conhecimentos e informações sobre essas questões, pois discutir gênero, sexualidade e diversidade sexual, se tornou tão importante como qualquer questão que nos constitui enquanto sujeitos. Sabemos que além das mulheres, a população LGBT é a que mais sofre com diversos tipos de violências, que se apresenta de forma psicológica, física, sexual, matrimonial e também emocional.

Outra questão que afeta o cotidiano de travestis ou transexuais na escola é o uso do banheiro, na maioria das vezes se torna um complicador na vivência em sociedade e também nas escolas. Sofhia relata que na escola não teve problemas quanto a utilização do local, pois desde que assumiu a sua identidade trans procurou lutar por seus direitos e respeito; sempre que precisava usar o banheiro a estudante tinha o apoio das colegas de turma, tanto meninas quanto os meninos que desde o início da sua transição entenderam e respeitaram o pedido de Sofhia de ser chamada pelo nome que ela mesma escolheu para si.

Embora em relação ao uso do banheiro no espaço educacional não tenha sido um problema, nos espaços de lazer, especificamente em uma danceteria de sua cidade, Sofhia conta que sofreu agressão física e verbal por ter tentado usar o banheiro feminino:

Aconteceu só uma vez, eu queria entrar no banheiro feminino e eu já estava menina, mas alguma mulher falou que eu era trans, aí o segurança não quis deixar eu entrar, me agrediu, peguei choque, foi ruim a situação, mas até que eu gostei porque, eu fiz um escândalo, fiz uma publicação no facebook e chamou muita atenção pra que nenhuma trans passasse por isso que eu passei (SOFHIA, 2019).

O uso do banheiro por pessoas travestis e transexuais ainda é um tema tabu que precisa ser questionado, pois o “banheiro funciona como um dispositivo privilegiado para a regulação das práticas corporais e de gênero, foco estratégico dos poderes e das resistências que permeiam a vida coletiva” (RODRIGUES *et al*, 2016, p. 70)

A cada dia a violência vem se intensificando na sociedade, os discursos moralistas e conservadores fazem crescer em boa parte da população a expressividade do preconceito e da discriminação, tentando cercear a liberdade de expressão que a muito tempo a população trans luta para conseguir. Pouco se alcançou até o momento, pois o desrespeito ainda prevalece, no caso de Sofhia a violência sofrida por tentar usar o banheiro feminino indica que o binarismo de gênero é o que ainda predomina e o que se distancia desta construção histórica é visto como transgressor, anormal, por este fato muitas pessoas se sentem no direito de discriminar ou excluir alguém, principalmente pessoas transexuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

132

Percorrer e apresentar os territórios narrativos de Sofhia possibilita não apenas dar visibilidade a uma pessoa trans, mas analisar os movimentos de suas experiências, as transformações identitárias, as violações sofridas e as lutas por visibilidade e valorização nos diferentes espaços. A pesquisa nos possibilitou pensarmos nos nossos privilégios como mulheres cisgêneras, que mesmo enfrentando o sexismo, não enfrentamos dificuldades, por exemplo, em sermos chamadas pelos nossos nomes femininos ou por pronomes e adjetivos femininos, usarmos roupas e acessórios considerados próprios das mulheres, muito menos de usar o banheiro feminino.

É desse lugar de privilegio que pesquisamos as temáticas gênero, sexualidade e educação, pois ainda vivenciamos experiências de sexismo, misoginia, homofobia nos diferentes espaços institucionais, em especial na família e nas escolas, o que junto com Louro (2007) podemos situar no campo do intolerável. “É intolerável conviver com um sistema de leis, de normas e de preceitos jurídicos, religiosos, morais ou educacionais que discriminam sujeitos porque seu modo de ser homem ou de ser mulher, suas formas de expressar seus desejos e prazeres não correspondem àquelas nomeadas como ‘normais’” (LOURO, 2007, p. 201).

Com isso, refletimos perante as problemáticas de como se deu o processo da experiência transexual no contexto familiar durante a infância e adolescência da jovem Sofhia. A transexualidade

é um tema que necessita de mais debate, em muitos espaços já se vê movimentos de luta em defesa do reconhecimento da identidade transexual. No entanto, ainda precisamos alcançar voos mais altos quando se trata da falta de respeito que vemos em muitas situações envolvendo pessoas transexuais, é importante antes de tudo questionar a diferença percebida entre os sexos e problematizar a alta negação do reconhecimento das pessoas que se identificam com um gênero oposto ao que foi lhe atribuído, por grande parte das pessoas que vivem os padrões heteronormativos.

Ao proporcionarmos visibilidade das narrativas de Sofhia, esperamos contribuir com o questionamento da transfobia e do transfeminicídio que tem aumentado exponencialmente no período de pandemia do Covid-19, assim como cresceu o desemprego de pessoas trans, o isolamento, a solidão, a evasão escolar entre outras situações intoleráveis contra as quais trans e aliadas/os/es devemos lutar. "Em 2020, o Brasil assegurou para si o 1º lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans no mundo, com números que se mantiveram acima da média [...], 175 assassinatos, todos contra pessoas que expressavam o gênero feminino em contraposição ao gênero designado no nascimento" (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021, p. 07), demonstrando que as vidas de pessoas trans são marginalizadas, precarizada e aniquiladas de forma naturalizada.

Para denunciarmos o transfeminicídio e valorizarmos as experiências dos sujeitos LGBTs em especial das pessoas travestis e transexuais, se fazem urgentemente necessárias além de mais pesquisas *com* pessoas trans e pesquisas realizadas *por* pesquisadoras trans, como por aliadas/os/es, como igualmente precisamos de políticas públicas que informe, oriente e principalmente sensibilize a sociedade, mostrando que o preconceito e a discriminação não só ferem um corpo, assim como mata. A produção de pesquisas *por* e *com* pessoas trans além de dar visibilidades às experiências transexuais, se transformam em instrumentos para fomentar a luta por direitos. Quando as Pesquisadoras transexuais e travestis passam a escrever sobre suas histórias, suas experiências, transformando o cenário das pesquisas e das lutas por direitos fundamentais à autodeterminação, vida, educação, saúde, segurança, trabalho, renda, cultura, lazer, afeto, amor. Como pesquisadoras de corpos, gêneros e sexualidades precisamos afirmar cada vez mais que *Vidas trans importam! Vozes trans importam!*

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. **Tese** (doutorado). Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

BENEVIDES, Bruna G., NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 8727, de 28 de abril de 2016. Brasília, 2016. **Dispõe sobre uso do nome social e reconhecimento de identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais**. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm#art7. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. Casa Civil. **LEI Nº 9.708, de 18 de novembro de 1998**. Presidência da República. Casa Civil. Novembro, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19708.htm

BRASIL. Casa Civil. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

BARROS, Nívia Valença et all. **Gênero, diversidade sexual e direitos sociais**. Icaraí, Niterói, RJ: Eduff, 2018. 107 p.

BENTO, Berenice A. de M. **A (re) invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2006.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos n. 328).

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Um Nome Próprio: Transexuais e Travestis nas Escolas Brasileiras. In: **Reunião Anual da ANPED**, 32. 2009. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5521--Int.pdf>. Acesso em: 25/04/2018

COSTA, Antonio Cláudio Ribeiro da; BITTENCOURT, Luciana G. Gênero, diversidade sexual e mídia. In: BARROS, Nívia Valença et all. **Gênero, diversidade sexual e direitos sociais: Debates preliminares**. Icaraí, Niterói, RJ. Eduff, 2018. p.45-55.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 13º ed. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1988. 77 p.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder (com G. Deleuze). Trad. Roberto Machado. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 5a ed. Rio de Janeiro, GRAAL, 1985.

GARCIA, Luiz; MARIN, Michelly. Do que elas têm medo? Uma discussão de gênero, violência e ódio. In: DESLANDES, Keila (Coord.). **Homotransfobia e direitos sexuais**: Debates e embates contemporâneos. Autêntica, 2018, p. 75-88.

JESUS, Jaqueline Gomes de. O protesto na festa: política e carnavalização nas paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). **Tese** (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações). Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201- 218, dez. 2007.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo educado**: pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós- estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MIOTO, Regina. Família, trabalho com famílias e serviço social. Palestra. Universidade Estadual de Londrina (UEL). **Serv. Soc.** Ver. V 12, n 2, 2010, p. 163-176.

NASCIMENTO, Leticia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. **Tese** (Doutorado em Educação). Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes. Minha vida em cor-de-rosa: Cenas e encenações da transexualidade feminina na infância. **Revista Aspás**, ppgac- USP, Vol. 8, n.1, p. 108-129, 2018a.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; Transexistências negras: o lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. RIBEIRO, Paula Regina Costa [et al.]. **Corpo, gênero e sexualidade**: resistência e ocupa(ções) nos espaços de educação. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018b.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Portaria nº 016/2008 – GS**. Belém, 10 abr. 2008. Disponível em: http://www4.seduc.pa.gov.br/pre_matricula/016-2008.pdf. Acesso em: 05 out. 2015.

RODRIGUES, Alexsandro; ZAMBONI, Jésio; RROCON, Pablo Cardozo. Corpos, gêneros e uso de banheiros na universidade pública: a precariedade do disciplinar. RODRIGUES, Alexsandro, MONZELI, Gustavo, FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (orgas.). **A política no corpo**: gêneros e sexualidade em disputa. Vitória: EDUFES, 2016.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas. **Dissertação** (Mestrado). Setor de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul. /dez. 1995. pp. 71-99.

SCHEINVAR, Estela. A família como dispositivo de privatização do social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 58, n. 1, 2006.

SILVA, Josenilda Maria Maués. Pesquisa e ensino no trabalho com narrativas. **Revista @mbiente educação**, volume 1, número 1, Jan/Julho 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu. As pedagogias psi e o governo do eu nos regimes neoliberais. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TREVIZANI, Giovanna Bianca. Meu Corpo, Minhas Regras: A transexualidade sob a luz do direito constitucional e as lacunas no estado democrático de direito. In: DESLANDES, Keila. **Homotransfobia e direitos sexuais: Debates e embates contemporâneos**. Autêntica, 2018, p. 89-102.

VECCHIATTI, Paulo. Apresentação. In: DESLANDES, Keila (Coord.). **Homotransfobia e direitos sexuais: Debates e embates contemporâneos**. Autêntica, 2018, p. 15-30.

YORK, Sara Wagner. “Tia, você é homem?” Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os "sistemas" de Pós-Graduação. **Dissertação** (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2020.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Rev. Estud. Fem: Florianópolis**, vol. 28, n. 3, p. 1-12. 2020.

ZANELA, Maria. Acesso à informação para construção da cidadania: resoluções do nome social como estratégia de inclusão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação** (Online), v. 14, p. 367-396, 2018.